

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 1 de 96)

**EDITAL**

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **SETOR DE LICITAÇÃO da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b>  <b>COMPRASGOV: 90270/2026</b> <b>GMS: 270/2026</b> <b>UASG: 925443</b> <b>TIPO: MENOR PREÇO</b> <b>SRP</b>	<b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b>  <b>Até 09h59min do dia 08/06/2026</b> <b>Início da sessão / disputa de lances:</b> <b>10h00min do dia 08/06/2026</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.
---	---

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual **contratação de empresa especializada em prestação de serviços não contínuos de transporte municipal, intermunicipal e interestadual, com veículo do tipo ônibus, considerando como itinerário o município de embarque dos passageiros ao município de desembarque determinado pela Secretaria de Estado da Educação.**

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 9.091.677,50 (Nove milhões, noventa e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).**

**3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Portal de Compras do Governo Federal (ComprasGov.). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro **Thiago Tecachuk** e equipe de apoio, designados pela Resolução n.º 5.297/2025, servidores(as) da Secretaria de Estado da Educação.

**E-mail:** [cplseed@educacao.pr.gov.br](mailto:cplseed@educacao.pr.gov.br)

**Telefones:** (41) 3340-1544

**Endereço:** Secretaria de Estado da Educação - Av. Presidente Kennedy, nº 2511, Guaíra, CEP 80.610-011, Curitiba – PR.

**O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.**

#### **4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

##### **4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

##### **4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

##### **4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

#### **5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**5.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**5.2** É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

**5.3** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

## **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

### **1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### **2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1.** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do lote, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

**2.1.1.** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

**2.3.** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.”

### **3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

### **4 PROPOSTA PARCIAL:**

**4.1.** Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### **5. VIGÊNCIA**

**5.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

**5.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

**5.1.1.1** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

### **6 GARANTIA:**

Será exigida garantia da execução do Contrato, na forma da cláusula 11 da Minuta de Contrato (Anexo VIII).

### **7 Consórcio:**

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

### **8 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 4 de 96)

- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;
- Anexo IX - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
- Anexo X - Declaração LGPD.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, qual seja o Portal de Compras do Governo Federal (ComprasGov) <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, qual seja o Portal de Compras do Governo Federal (ComprasGov), conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://portaldeservicos.economia.gov.br/>, ou, ainda, por meio dos telefones 0800 978 9001.

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Portal de Compras do Governo Federal (ComprasGov), implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

**2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 6 de 96)

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor unitário e total do item e valor global;

**4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**4.3.1** o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

**4.3.2** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**4.4.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**4.4.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**4.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.10** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com

acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).

**5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18** critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes,

procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

**5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.23** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.23.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.23.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.23.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.23.2.

**5.24** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.25** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.26** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.28.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.28.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.28.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

**5.29** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.2.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

**6.2.3.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 4 (quatro) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**6.2.4** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**6.2.5** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.5.1** Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

**6.3** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto nº 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.4** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.4.1** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**6.5** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

**6.6** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 11 de 96)

**6.7** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**6.7.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.7.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.8** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.9** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.10** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.11** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.11.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.12** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.13** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.14** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção *de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.*

**6.14.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.14.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.15** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.16** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal n.º 14.133/2021 – Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão

desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1** Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) SEED/NAS/Governança/SRP convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**11.1.1** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

**11.2** Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**11.2.1** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 4.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.3** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**11.4** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

**11.5** No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 10.086, de 2022, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital.**

**11.6** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

**11.7** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**11.7.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**11.7.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data do **orçamento estimado – 23/02/2026** e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**11.7.2.1** O reajuste será concedido automaticamente pela Administração mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**11.7.2.2** O transcurso do período citado no item 11.7.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## 12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

**12.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**12.2** Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**12.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**12.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**12.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**12.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**12.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**12.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**12.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual

**12.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

### **13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**13.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**13.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**13.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**13.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**13.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do

Decreto Estadual 10.086/2022.

**13.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**13.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.

**13.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**13.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**13.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**13.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**13.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

## **14 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**14.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**14.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**14.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**14.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**14.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**14.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**14.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**14.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 17 de 96)

ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 20 de maio de 2026.

**Thiago Tecachuk**

Pregoeiro - Resolução nº. 5.297/2025 – GS/SEED.  
SEED/NAS/Setor de licitação

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal n.º 14.133/2021 – Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Demandante	Setor de Infraestrutura e Apoio de Eventos
Coordenador	Antônio Carlos Buraneli Gomes
Contato Telefônico – E-mail	(41) 3340-1655 - antoniocbg@educacao.pr.gov.br
Diretoria	Diretoria Geral
Diretor	João Luiz Giona Junior - Decreto nº 3664/2023
Protocolo	25.015.828-9
Minuta utilizada	Parecer Referencial nº 17/2025-PGE

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado vantajoso, para futura e eventual prestação de serviços não contínuos de transporte municipal, intermunicipal e interestadual, com veículo do tipo ônibus, considerando como itinerário o município de embarque dos passageiros ao município de desembarque predeterminado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

LOTE 01: CURITIBA E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
1.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	76.500	R\$ 15,21	R\$ 1.163.565,00

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0      Pregão Eletrônico nº270/2026 –      EDITAL (página 19 de 96)

1.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	735	R\$ 2.050,00	R\$ 1.506.750,00
1.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000	R\$ 14,50	R\$ 72.500,00
1.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100	R\$ 1.425,00	R\$ 142.500,00
1.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	15.000	R\$ 14,45	R\$ 216.750,00
1.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100	R\$ 1.433,37	R\$ 143.337,00
					<b>Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)</b>
					<b>R\$ 3.245.402,00</b>

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

Protocolo nº 25.131.321-0 Pregão Eletrônico nº270/2026 – EDITAL (página 20 de 96)

LOTE 02: LONDRINA E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	73.500	R\$ 15,95	R\$ 1.172.325,00
2.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	595	R\$ 2.050,00	R\$ 1.219.750,00
2.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000	R\$ 16,00	R\$ 80.000,00
2.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100	R\$ 1.600,00	R\$ 160.000,00

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº270/2026 –		EDITAL (página 21 de 96)	
2.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	10.000	R\$ 15,95	R\$ 159.500,00
2.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	75	R\$ 1.433,37	R\$ 107.502,75
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$ 2.899.077,75

LOTE 03: FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	79.500	R\$ 15,21	R\$ 1.209.195,00

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº270/2026 –		EDITAL (página 22 de 96)	
3.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	620	R\$ 2.050,00	R\$ 1.271.000,00
3.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000	R\$ 14,50	R\$ 72.500,00
3.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100	R\$ 1.425,00	R\$ 142.500,00
3.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	10.000	R\$ 14,45	R\$ 144.500,00
3.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	75	R\$ 1.433,37	R\$ 107.502,75
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 23 de 96)
		<b>R\$ 2.947.197,75</b>

- 1.1.1 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.1.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO, no modo de disputa ABERTO. Justifica-se a modalidade escolhida por garantir economicidade, competitividade e eficiência para a contratação, respeitando os princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021.
- 1.1.3. O critério de aceitabilidade de preços será o de 'Valor Máximo Global do Lote', respeitados os valores máximos indicados nas tabelas acima. Trata-se de critério objetivo para o julgamento das propostas, evitando transtornos ao julgador do certame, posto que se demonstra economicamente

<b>VALOR TOTAL – LOTES 1, 2 e 3</b>
<b>VALOR TOTAL: R\$ 9.091.677,50</b> <b>(Nove milhões, noventa e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos.)</b>

- mais vantajoso. O critério adotado não dispensa a observação pelos valores unitários máximos, que deverão ser respeitados para evitar o jogo de planilhas.
- 1.1.4. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.
- 1.1.5. O processo licitatório resultará na publicação de uma Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses; poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei 14.133, de 2021. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Secretaria da Educação do Paraná (SEED-PR) realizará a contratação dos objetos conforme a demanda existente.
- 1.1.5.1. Conforme estabelece o Artigo 300 do Decreto Estadual nº 10086/2022, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
- 1.1.5.2. Demonstrativo no Plano de Contratações Anual do Estado (PCA-E-2026) inscrito pelo seguinte número de ordem: nº 552 e 553 (Tipo de Item: Transporte).

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 24 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

- 1.2.1.** Os lotes foram estruturados de acordo com as regiões a serem atendidas.
- 1.2.2.** Demais especificações constam no item 1.4 (Da execução do serviço).
- 1.2.3.** As descrições abaixo referem-se ao número do lote e ao número do item de cada lote.

**Lotes/Itens 1.1, 2.1 e 3.1**

- a. Prestação de Serviços de Transporte Intermunicipal.
- b. Unidade de Medida: Quilômetro rodado, que será calculado conforme rotas traçadas utilizando o Google Maps.
- c. Características Gerais: Ônibus semileito, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) passageiros, com motorista e combustível, cinto de segurança em todos os assentos, equipado com poltronas confortáveis e reclináveis, ar-condicionado, toalete a bordo, com até 12 (doze) anos de fabricação. O veículo deverá estar equipado com estepe, macaco, triângulo, etc., conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro.

**Lotes/Itens 1.2, 2.2 e 3.2**

- a. Prestação de Serviços de Transporte Intermunicipal.
- b. Unidade de Medida: Diária
- c. Características Gerais: Ônibus semileito, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) passageiros, com motorista e combustível, cinto de segurança em todos os assentos, equipado com poltronas confortáveis e reclináveis, ar-condicionado, toalete a bordo, com até 12 (doze) anos de fabricação. O veículo deverá estar equipado com estepe, macaco, triângulo, etc., conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro.

**Lotes/Itens 1.3, 2.3 e 3.3**

- a. Prestação de Serviços de Transporte Municipal.
- b. Unidade de Medida: Quilômetro rodado, que será calculado conforme rotas traçadas utilizando o Google Maps.
- c. Características Gerais: Ônibus Executivo, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros, com motorista e combustível, cinto de segurança em todos os assentos, equipado com poltronas confortáveis e reclináveis, ar-condicionado, toalete a bordo, com até 12 (doze) anos de fabricação e bom estado de conservação. O veículo deverá estar equipado com estepe, macaco, triângulo, etc., conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro.

**Lotes/Itens 1.4, 2.4 e 3.4**

- a. Prestação de Serviços de Transporte Municipal.
- b. Unidade de Medida: Diária.

c. Características Gerais: Ônibus Executivo, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) passageiros, com motorista e combustível, cinto de segurança em todos os assentos, equipado com poltronas confortáveis e reclináveis, ar-condicionado, toalete a bordo, com até 12 (doze) anos de fabricação e bom estado de conservação. O veículo deverá estar equipado com estepe, macaco, triângulo, etc., conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro.

#### **Lotes/Itens 1.5, 2.5 e 3.5**

- a. Prestação de Serviços de Transporte Interestadual.
- b. Unidade de Medida: Quilômetro rodado, que será calculado conforme rotas traçadas utilizando o Google Maps.
- c. Características Gerais: Ônibus Semileito, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) passageiros, com motorista e combustível, cinto de segurança em todos os assentos, equipado com poltronas confortáveis e reclináveis, ar-condicionado, toalete a bordo, com até 12 (doze) anos de fabricação e bom estado de conservação. O veículo deverá estar equipado com estepe, macaco, triângulo, etc., conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro.

#### **Lotes/Itens 1.6, 2.6 e 3.6**

- a. Prestação de Serviços de Transporte Interestadual.
- b. Unidade de Medida: Diária.
- c. Características Gerais: Ônibus Semileito, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) passageiros, com motorista e combustível, cinto de segurança em todos os assentos, equipado com poltronas confortáveis e reclináveis, ar-condicionado, toalete a bordo, com até 12 (doze) anos de fabricação e bom estado de conservação. O veículo deverá estar equipado com estepe, macaco, triângulo, etc., conforme exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro.

### **1.3 DA PADRONIZAÇÃO**

O Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e – CAT), ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência/SEAP – órgão responsável. Desse modo, não foi possível a utilização deste na padronização na presente contratação. Porém, esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que essas são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto, para o fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

#### 1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.4.1. A empresa contratada deverá fornecer água potável aos passageiros durante todo o percurso da viagem de ida e volta, garantindo disponibilidade adequada para todos os ocupantes do veículo.

1.4.2. Os serviços atendem ao princípio da padronização, sendo estabelecidos a partir dos padrões usuais de mercado, observadas as particularidades necessárias à prestação de serviços de transporte, em conformidade com as normas e regulamentações do DER e da ANTT.

1.4.3. O regime de contratação será o de **prestação de serviços por preço unitário de quilômetro (Km) e diária**, sendo os quantitativos meramente estimativos. Os pagamentos serão efetuados conforme os quantitativos de serviços efetivamente prestados, apurados pela fiscalização e de acordo com os indicadores de mensuração de resultados.

1.4.4. A **prestação dos serviços** compreenderá o transporte municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros, com itinerário entre qualquer município de origem integrante de cada Núcleo Regional de Educação (NRE) especificado no lote e o município de destino previamente determinado SEED, situados:

1.4.4.1. No Estado do Paraná, para o transporte municipal e intermunicipal; e

1.4.4.2. No território nacional, para o transporte interestadual.

1.4.5. A prestação dos serviços observará o seguinte descritivo técnico com demais informações:

1.4.5.1. **Para Transporte Municipal** - específico para transporte de passageiros com veículos do tipo **ÔNIBUS RODOVIÁRIO TIPO EXECUTIVO**: Para ambos os sistemas de transporte Municipal, deverão ter motoristas devidamente habilitados para a categoria, com combustível, considerando como itinerário, o município de embarque dos passageiros ao município de desembarque predeterminado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme especificações técnicas mínimas são: - Mínimo de 44 lugares com poltronas reclináveis, com sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas, ar-condicionado. Os veículos devem portar a Licença dos Órgãos competentes que regulamentam o transporte de passageiros que deverá ser apresentada no momento da habilitação da empresa como também no embarque dos passageiros ao fiscal do contrato ou responsável pela viagem dos professores, estudantes e demais servidores da educação.

1.4.5.2. **Para Transporte Intermunicipal e Interestadual** - específico para transporte de passageiros com veículos do tipo **ÔNIBUS RODOVIÁRIO TIPO SEMI-LEITO**: Para ambos os

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 27 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

sistemas de transportes (Intermunicipal e Interestadual), deverão ter motoristas devidamente habilitados para a categoria, com combustível, considerando como itinerário, o município de embarque dos passageiros ao município de desembarque predeterminado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme especificações técnicas mínimas são: - Mínimo de 42 lugares com poltronas reclináveis, com sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas, ar-condicionado. Os veículos devem portar a Licença dos Órgãos competentes que regulamentam o transporte de passageiros que deverá ser apresentada no momento da habilitação da empresa como também no embarque dos passageiros ao fiscal do contrato ou responsável pela viagem dos professores, estudantes e demais servidores da educação.

1.4.6. Para o pagamento de diárias e quilômetros rodados, será observado o seguinte:

1.4.6.1. A estimativa de quilômetros a ser paga no dia da viagem, entre o município de saída indicado pela SEED e o município sede do evento, será calculada com base no Google Maps, conforme exemplos abaixo:

Origem: Ponta Grossa – PR			
Destino: Foz do Iguaçu - PR			
Distância (Ida e Volta): 1088km			
Item / Descrição	Qtde Ônibus	Unidade	Qtde
Intermunicipal, Ônibus Semi leito	1	Diária	3
Intermunicipal, Ônibus Semi leito	1	Km	1088

Origem: Curitiba – PR			
Destino: Curitiba - PR			
Franquia de até 140km			
Item / Nome	Qtde Ônibus	Unidade	Qtde

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 28 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

Intramunicipal, Ônibus Executivo	1	Diária	1
Intramunicipal, Ônibus Executivo	0	Km	0

Origem: Curitiba - PR			
Destino: Barra Velha - SC			
Distância (Ida e Volta): 348km			
Item / Nome	Qtde Ônibus	Unidade	Qtde
Interestadual, Ônibus Semi leito	1	Diária	2
Interestadual, Ônibus Semi leito	1	Km	348

1.4.6.2. No retorno, será pago o **quilômetro efetivamente rodado**, conforme aferição via Google Maps e informação registrada na Ordem de Planejamento;

1.4.6.3. **A quantidade de diárias será determinada pelos seguintes fatores:** o tempo de deslocamento entre a cidade de origem e a cidade de destino onde ocorrerá o evento; a sua duração, correspondente ao período em que o ônibus deverá permanecer à disposição para atendimento; e o tempo de deslocamento necessário para o retorno à cidade de origem.

1.4.6.4. O motorista somente poderá realizar paradas nos locais indicados pela SEED;

1.4.6.5. Não será permitida a realização de viagens noturnas por motorista que tenha trabalhado durante o dia em deslocamentos internos. Nesses casos, a viagem deverá ocorrer no período da manhã do dia seguinte.

1.4.6.6. O percurso a ser considerado para fins de faturamento corresponderá ao **trajeto de ida e volta**, sendo adotado o critério de **diária** para permanência do veículo durante o evento. As despesas e encargos do motorista são de total responsabilidade da Contratada.

1.4.7. Nas viagens intermunicipais e interestaduais, o ônibus permanecerá à disposição da contratante durante todo o evento para os deslocamentos entre o hotel e o local de realização. Será concedida uma franquia de 140 km para esses deslocamentos. Caso a quilometragem total

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 29 de 96)

ultrapasse esse limite, o excedente será remunerado conforme o valor por quilômetro cotado pela empresa contratada.

**1.4.8.** Os preços apresentados deverão incluir todos os **custos diretos e indiretos**, imprevistos, lucros, ônus fiscais, impostos, taxas, encargos sociais, seguros, despesas de hospedagem e alimentação dos motoristas, pedágios e demais custos operacionais, não sendo admitido qualquer pagamento adicional.

**1.4.9.** Se o retorno ocorrer a partir das **18h**, será devida a diária correspondente, além do quilômetro previamente definido na Ordem de Serviço.

**1.4.10.** Caso o veículo apresentado não atenda às condições exigidas para o transporte de passageiros, será recusado no momento do embarque, devendo a empresa substituí-lo em até **02 (duas) horas**.

**1.4.11.** Se ocorrer falha mecânica durante a viagem, a substituição do veículo deverá ocorrer também em até **02 (duas) horas**.

**1.4.12.** A diária dos veículos disponibilizados terá duração de até 08 (oito) horas, com pagamento por veículo.

**1.4.13.** O início da contagem da diária será o horário de saída informado na **Ordem de Serviço de Planejamento (OSP)**, conforme comunicação da Contratante à Contratada.

**1.4.14.** Os veículos disponibilizados para transporte de passageiros devem apresentar o seguro exigido para transporte de pessoas, devendo a Apólice do seguro ser apresentada pelos motoristas aos responsáveis pelo embarque e/ou fiscal do contrato.

**1.4.15. Estão incluídos nas 08 (oito) horas de disponibilidade do veículo e motorista:**

**1.4.15.1.** O tempo total de deslocamento (ida e volta ao destino);

**1.4.15.2.** O tempo de traslado de servidores e equipamentos entre hotéis e locais do evento.

**1.4.16. Não serão contabilizados na diária de 08 (oito) horas:**

**1.4.16.1.** Os períodos em que veículo e motorista forem dispensados pela equipe de viagem.

**1.4.16.2.** Também não será contabilizado na diária o tempo em que o veículo estiver parado e o motorista em descanso.

**1.4.17.** Caso o período de 8 (oito) horas seja excedido, as horas adicionais serão remuneradas proporcionalmente ao valor da diária, até o limite de 4 (quatro) horas, o que corresponde a meia

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 30 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

diária.

**1.4.18.** A empresa deverá possuir no mínimo 02 (dois) motoristas para viagens de longa duração, ou seja, acima de oito horas diárias.

**1.4.19.** A SEED deverá solicitar o transporte em até 10 (dez) dias antecedente ao uso previsto do serviço, informando os locais de embarque e destino, podendo cancelar com até 24 horas de antecedência;

**1.4.20.** Os serviços serão solicitados de forma parcelada, e somente no momento da convocação para prestação dos serviços o fornecedor conhecerá o destino, respeitados os locais de embarque definidos por lote, bem como o roteiro da viagem, horário de chegada e quantidade de ônibus necessários.

**1.4.21.** Deverá a contratada comprovar que os motoristas estão devidamente habilitados para a categoria, através da CNH vigente, como também disponibilizar número suficiente de motoristas conforme distância entre um município de embarque ao município de desembarque dos passageiros para realização do serviço.

**1.4.22.** No caso dos estudantes, professores e servidores chegarem ao município sede do evento e não puderem fazer as refeições no refeitório central por motivo de atrasos nas saídas dos ônibus por motivo de pontualidade da empresa ou mesmo problemas mecânicos durante o percurso da viagem a empresa deverá se responsabilizar pelo pagamento da refeição de todos os passageiros.

**1.4.23.** Os motoristas deverão se apresentar no local de embarque com pontualidade.

**1.4.24.** Os ônibus deverão estar higienizados e ter poltronas confortáveis para proporcionar uma viagem tranquila e com segurança a todos os passageiros.

**1.4.25.** Os veículos devem dispor de todos os itens obrigatórios de segurança exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

**1.4.26.** Todos os veículos deverão possuir seguro contra danos materiais e pessoais contra terceiros e eventuais reparos emergenciais e avarias que venham a ocorrer, sem limite de indenização, não havendo, por parte dos contratantes o pagamento de franquia por evento ocorrido.

**1.4.27.** Os quantitativos foram estabelecidos de acordo com a previsão de demanda para os próximos 12 meses, não implicando obrigatoriedade de contratação, tendo como parâmetro os eventos da SEED-PR dos exercícios anteriores, sendo efetivamente pagos os quantitativos consumidos.

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 31 de 96)

**1.4.28.** A prestação poderá ocorrer em qualquer município do Estado do Paraná, nas cidades sedes dos eventos e no Território Nacional.

**1.4.29.** Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas: a prestação dos serviços observará os regulamentos e normativas, assim como os sistemas de tecnologia de informação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

**1.4.30.** Os deveres e disciplina exigidos: os prestadores de serviços deverão observar os critérios de disciplina, organização, padronização, uniformização e horários estabelecidos para os eventos, cujas diretrizes serão transmitidas na fase pré-contratual.

**1.4.31.** Na execução dos serviços ora contratados, em atenção ao disposto no artigo 396 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, fica vedado:

**1.4.31.1.** A indicação de pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

**1.4.31.2.** A fixação de salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

**1.4.31.3.** O estabelecimento de vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

**1.4.31.4.** A definição de forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

**1.4.31.5.** Demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

**1.4.31.6.** A intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;

**1.4.31.7.** A contratação, durante toda sua vigência, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**1.4.32.** Os serviços serão avaliados e recebidos observados os seguintes critérios:

**1.4.32.1.** Adequação dos veículos ao trabalho pretendido;

**1.4.32.2.** Capacidade de resolução de problemas mecânicos dos veículos;

**1.4.32.3.** Cumprimento dos horários;

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 32 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

**1.4.32.4.** Qualidade da prestação dos serviços.

**1.4.33.** Percentual mínimo dos veículos a serem disponibilizados pela futura contratada deverão atender integralmente às disposições previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), especialmente no que se refere ao direito à acessibilidade e ao transporte adequado.

**1.4.34.** Os veículos deverão dispor, obrigatoriamente, dos recursos de acessibilidade exigidos na legislação federal supracitada, tais como plataforma elevatória ou outros mecanismos de embarque e desembarque acessível, assentos reservados, sinalização visual e tátil, cintos e dispositivos de segurança adequados, bem como demais requisitos técnicos exigidos pelas normas vigentes, o qual será informada a necessidade na Ordem de Serviço de Planejamento (**OSP**) enviada pela SEED.

**1.4.35.** É proibido o embarque de passageiros sob efeito de drogas ou álcool, bem como o transporte de bebidas alcoólicas, armas ou substâncias ilícitas. O transporte de cargas, documentos ou terceiros só poderá ser feito mediante autorização expressa da contratante.

**2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **transporte municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros**, com veículos do tipo ônibus, é necessária para garantir a execução das atividades essenciais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em conformidade com sua missão institucional.

**2.2.** O serviço de transporte é imprescindível para viabilizar a participação de professores, estudantes e demais servidores da educação em eventos diversos, tais como: formações continuadas nacionais e estaduais, apresentações, cerimônias, conferências, congressos, debates, encontros, fóruns, palestras, seminários, reuniões, visitas de autoridades oficiais, workshops, entre outros. A presença nesses eventos contribui para o desenvolvimento profissional dos docentes, impactando positivamente a qualidade do ensino, e proporciona aos estudantes experiências que ampliam sua visão técnica e prática sobre a futura profissão.

**2.3.** A ausência da contratação poderá acarretar prejuízos significativos na formação dos profissionais da educação prevista para os anos de 2026 e 2027, com reflexos no processo de ensino-aprendizagem da rede estadual. Além disso, implicaria descumprimento das diretrizes estabelecidas pelo **art. 214 da Constituição Federal, art. 184 da Constituição Estadual, art. 8º da Lei Federal nº 13.005/2014**, bem como da **Meta 16 do Plano Estadual de Educação (Lei nº 18.492/2015)**, que determina: *“garantir a todos os profissionais da Educação Básica a formação continuada em sua área de atuação”*.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0      Pregão Eletrônico nº270/2026 –      EDITAL (página 33 de 96)

**2.4.** As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base no histórico de demandas de eventos realizados em anos anteriores, bem como nas previsões de eventos institucionais para o exercício de 2026, conforme apresentados na tabela abaixo:

	NOME DO EVENTO	MÊS PREVISTO	CIDADE	PARTICIPANTES ESTIMADOS
1	Gov 5.0 (Paraná Mais Cidades)	FEVEREIRO	Foz do Iguaçu	400
2	4º Encontro de Formadores	FEVEREIRO	Curitiba	786
3	Seminário de Diretores Escolares- 1º SEMESTRE	FEVEREIRO	Foz do Iguaçu	2400
4	Seminário de Diretores Escolares- 2º SEMESTRE	AGOSTO	Foz do Iguaçu	2400
5	Formadores em Ação Municípios	FEVEREIRO	Foz do Iguaçu	400
6	Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios	MARÇO	Foz do Iguaçu	1200
7	Apaes e Coirmãs - Gestão Administrativa e Pedagógica - E. Esp.	ABRIL	Foz do Iguaçu	800
8	II Seminário de Coordenadores de Curso da Educação Profissional	ABRIL	Foz do Iguaçu	700
9	Escuta especializada	MAIO	Foz do Iguaçu	700
10	Encontro Estadual de Governança de Dados Educacionais - Rede Estadual	JUNHO	Várias Cidades	4500
11	Ato interinstitucional e escuta especializada	JUNHO	Foz do Iguaçu	700
12	Encontro de Técnicos DAP e TUTORIA	JULHO	Foz do Iguaçu	500
13	PDE	AGOSTO	Foz do Iguaçu	2000
14	FENAAH/S	SETEMBRO	Foz do Iguaçu	1200
15	4º Congresso de Formadores da Educação Básica	SETEMBRO	Foz do Iguaçu	700
16	Abertura da Semana da Pátria	SETEMBRO	Curitiba	500
17	Desfile de 7 de setembro	SETEMBRO	Curitiba	500
18	Hacathon	SETEMBRO	Foz do Iguaçu	350

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº270/2026 –		EDITAL (página 34 de 96)	
19	Encontro Estadual do Programa Aluno Monitor	OUTUBRO	Foz do Iguaçu	700	
20	Seminário de Práticas do Formadores em Ação Municípios	NOVEMBRO	Foz do Iguaçu	400	
21	Encontro Intercambistas Ganhando o Mundo 2026	NOVEMBRO	Foz do Iguaçu	1200	
22	FORMAÇÕES DESCENTRALIZADAS PARA GESTORES, SECRETÁRIOS E TÉCNICOS	AGOSTO/SETEMBRO	Várias Cidades	2063	
23	Encontro Paranaense de Jovens Protagonistas	SETEMBRO	Foz do Iguaçu	500	
24	SEMINÁRIO DA ED. PROFSSIONAL	SETEMBRO	Foz do Iguaçu	800	
25	PREMIAÇÃO OMAP	SETEMBRO	Curitiba	700	
26	Encontro de Formação e Orientação Ganhando o Mundo	NOVEMBRO	Curitiba	2000	
27	OMAP	OUTUBRO	Foz do Iguaçu	300	
28	FECCI	NOVEMBRO	Curitiba	1600	
29	BALANÇO TRIMESTRAL	DEZEMBRO	Curitiba	700	
30	Eventos Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	JULHO E AGOSTO	Foz do Iguaçu	2400	

2.5. A quantidade de medição para utilização de veículos simultâneos foi estimada com base no maior evento previsto, envolvendo estudantes selecionados do programa Ganhando o Mundo, conforme tabelas abaixo:

CURITIBA E REGIÃO	
Núcleo Regional	Qtde Ônibus
ÁREA METROPOLITANA NORTE	3
ÁREA METROPOLITANA SUL	4
CURITIBA	4
GUARAPUAVA	2
IRATI	1
PARANAGUÁ	2

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 35 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

PONTA GROSSA	3
UNIÃO DA VITÓRIA	1
WENCESLAU BRAZ	1
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>

LONDRINA E REGIÃO	
Núcleo Regional	Qtde Ônibus
APUCARANA	1
CIANORTE	1
CORNÉLIO PROCÓPIO	1
IBAITI	1
IVAIPORÃ	1
JACAREZINHO	1
LOANDA	1
LONDRINA	4
MARINGÁ	3
PARANAVAÍ	2
TELÊMACO	1
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>

FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO	
Núcleo Regional	Qtde Ônibus
ASSIS CHATEAUBRIAND	1
CAMPO MOURÃO	1
CASCADEL	2
DOIS VIZINHOS	1
FOZ DO IGUAÇU	3
FRANCISCO BELTRÃO	2
GOIOERÊ	1
LARANJEIRAS DO SUL	1
PATO BRANCO	1
PITANGA	1
TOLEDO	2
UMUARAMA	2
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

2.6. Essa estimativa considera:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 36 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

- I) O volume de participantes registrados nos eventos passados;
- II) A possibilidade de realização de novos eventos não recorrentes.

**2.7.** Dessa forma, os quantitativos estabelecidos visam garantir adequado planejamento, evitando tanto o subdimensionamento quanto o excesso de itens, assegurando eficiência administrativa, compatibilidade com a demanda prevista e aderência aos princípios da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

**2.8.** O Sistema de Registro de Preços para a contratação dos serviços fundamenta-se nos termos dos incisos I, II e IV do art. 290 do Decreto Estadual nº 10.086/2022:

- 2.8.1. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- 2.8.2. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- 2.8.3. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**2.9.** Dessa forma, após o levantamento das possíveis soluções existentes no mercado, optou-se pelo prosseguimento da aquisição por meio de licitação utilizando o Sistema de Registro de Preços, uma vez que:

- 2.9.1. A Administração não se obriga a contratar todo o quantitativo previsto na licitação e registrado em ata;
- 2.9.2. Existe a possibilidade de definir quantitativo superior à estimativa real nos casos de objetos de difícil previsibilidade, cuja demanda pode ser frustrada por fatores variáveis não controlados pela Administração;
- 2.9.3. Permite flexibilidade e parcelamento das contratações.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1.** A solução para atender à necessidade de **transporte para os eventos da SEED**, deve ser abrangente, contemplando todas as etapas, desde o planejamento até a execução e o pós-evento, garantindo segurança, conforto e eficiência logística durante todo o deslocamento.

**3.2.** Com base na análise de mercado e considerando o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, que orienta sobre a fase preparatória do processo licitatório caracterizada pelo planejamento, a solução contemplará:

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 37 de 96)

**3.2.1. Planejamento inicial**, que inclui a compreensão dos objetivos específicos do evento e a identificação das necessidades de transporte interestadual para alunos e responsáveis;

**3.2.2. Elaboração de projetos detalhados**, que especifiquem todas as atividades relacionadas ao transporte, incluindo rotas, horários, logística de embarque e desembarque, alinhando-os com os objetivos definidos pela SEED;

**3.2.3. Definição clara das responsabilidades e cronograma de execução**, assegurando que todos os envolvidos compreendam suas tarefas e prazos para a operação eficiente do transporte;

**3.2.4. Gestão e coordenação de todas as etapas do transporte**, garantindo que cada deslocamento ocorra conforme o planejamento, com monitoramento contínuo e acompanhamento da segurança e conforto dos participantes;

**3.2.5. Atendimento às normativas de segurança, acessibilidade e conforto**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Estadual nº 10.086/2022, garantindo transporte seguro e adequado;

**3.2.6. Mecanismos de controle e avaliação contínua**, permitindo ajustes em tempo real e garantindo a adaptação a imprevistos durante o transporte;

**3.2.7. Adoção de práticas sustentáveis**, considerando impactos ambientais do deslocamento e medidas mitigadoras, em alinhamento com o desenvolvimento nacional sustentável;

**3.2.8. Relatórios pós-evento**, que contribuam para avaliação de desempenho do serviço de transporte e para o planejamento de futuras operações de mobilidade para estudantes.

**3.3.** Não se vislumbra nenhuma providência adicional às que já foram implementadas, contudo, verifica-se a necessidade contínua de capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, garantindo que estejam devidamente preparados para acompanhar e supervisionar a fiel execução do instrumento contratual. Tal ação é fundamental para assegurar a efetiva implementação e monitoramento adequado do contrato, garantido o cumprimento dos objetivos e requisitos estabelecidos pela SEED.

#### 4. PESQUISA DE PREÇOS

Conforme mapa de preços, acostado às fls. 416 a 418, mov. 45 do protocolo em epígrafe, foi realizada ampla Pesquisa de Preços, nas diversas fontes disponíveis, como dispõe o art. 368 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022, conforme segue:

**4.1. Parâmetro I** - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no Banco de Preços às fls.335-343, mov.25 – sendo localizados objetos semelhantes solicitado no protocolo. No Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) às fls.305-334a, mov.23 – foi localizado objetos semelhantes solicitados no protocolo.

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 38 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

**4.2. Parâmetro II** - Os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

**a)** Pesquisas de Preço via Sistema de Gestão de Materiais e Serviços - GMS: N° 2215/2026, N° 2228/2026, N° 2232/2026 às fls.164-232, mov.16 – com cotação retornada às fls.410-415, mov.44.

**b)** Pesquisa no GMS: Contratos às fls.257-304, mov.20 - sendo localizados objetos semelhantes solicitado no protocolo; Preços Registrados às fls.233, mov.17 – não sendo localizados objetos semelhantes solicitado no protocolo.

**c)** Pesquisa em Portal de Transparência Paraná: Preços Registrados às fls.344-378, mov.26 – sendo encontrado objeto similar ao solicitado no protocolo; Contratos à fl.379, mov.27 – não sendo encontrado objeto similar ao solicitado no protocolo.

**d)** Pesquisa no Compras Gov – não sendo localizados objetos semelhantes solicitado no protocolo.

**4.3. Parâmetro III** - A utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada (homepage): Não foi localizado o item solicitado;

**4.4. Parâmetro IV** - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços: Conforme consta no protocolado às fls.380-414, mov.28, ao total foram enviados 6 e-mails solicitando orçamento, sendo que apenas as empresas NORDESTE TRANSPORTES, EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS, GOUVEIA TOUR GO e RIO VERDE TURISMO, retornaram com cotação via e-mail e nenhuma negativa das demais empresas consultadas.

**4.5. Parâmetro V** - A pesquisa na Base Nacional de Notas Fiscais Federais Eletrônicas – não foi localizado o item solicitado, e no aplicativo Menor Preço Notas Paraná – não foi localizado objetos semelhantes aos solicitados no protocolo.

**4.6.** Na fixação do valor estimado foi adotado como critério a **MEDIANA**, que apresenta Coeficiente de Variação Médio de **50,15%**, sendo, esta escolha mais econômica para a Administração Pública, em decorrência dos resultados da pesquisa de preços se apresentar de forma Heterogênea.

**4.7.** Na pesquisa realizada não se observou constar propostas inexequíveis.

**4.7.1.** Obs.: Coeficiente de variação Menor ou igual a 25%: O coeficiente indica a oscilação dos dados obtidos na pesquisa de preços em relação à média, indicando valores homogêneos. Neste caso, é indicado utilizar a Média de Preço com exclusão de valores inexequíveis ou excessivamente altos. \* Coeficiente de variação Superior a 25%: O coeficiente indica a presença de extremos, afetando a média, situação em que se indica utilizar a MEDIANA como critério de definição do preço médio.

**4.8.** A pesquisa de preços apresentada atende ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/21 e ao art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que regulamenta o procedimento no âmbito do Estado do Paraná/PR. Permitindo inferir que o valor estimado é compatível com os preços praticados pelo

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 39 de 96)

mercado, sendo considerados válidos de acordo com os prazos trazidos pelo §2º do art. 368 do mesmo Regulamento Estadual. A utilização de parâmetros diversificados e os resultados (Pesquisa Direta e Contratos Similares), foi obtido de forma fidedigna.

## **5. PARCELAMENTO DO OBJETO**

**5.1.** A divisão da contratação em 3 (três) lotes — Lote 1 (Curitiba e Região), Lote 2 (Londrina e Região) e Lote 3 (Foz do Iguaçu e Região).

**5.2.** Esta distribuição tem por finalidade ampliar a disputa e otimizar a prestação do serviço, o que se revela operacionalmente viável, ampliando a economia de escala, ao mesmo tempo sem restringir a competitividade.

**5.3.** A distribuição em 3 (três) lotes tem como critério a regionalização administrativa da SEED, contemplando as maiores regiões do Estado, de forma equitativa, tanto no que se refere à quilometragem estimada a ser percorrida para participação em eventos quanto à quantidade de pessoas atendidas em cada região.

**5.4.** Os bens do objeto deste ETP serão adquiridos em parcela de acordo com as solicitações feitas pela SEED/PR.

**5.5.** O parcelamento permite ampliar a competitividade entre fornecedores especializados em cada tipo de item, assegurando a obtenção de propostas mais vantajosas e melhor adequação técnica. Além disso, reduz riscos contratuais, pois eventuais atrasos ou dificuldades no fornecimento de um lote não comprometem o atendimento dos demais itens.

**5.6.** Dessa forma, o parcelamento em três lotes mostra-se adequado, proporcional e tecnicamente fundamentado, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e obtenção da solução mais vantajosa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **6. SUSTENTABILIDADE**

**6.1.** Em cumprimento ao que estabelece o art. 363 do Decreto Estadual 10.086/2022, a contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

**6.1.1.** Que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

**6.1.2.** Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;

**6.1.3.** Que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

**6.1.4.** Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 40 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

- 6.1.5.** Que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 6.1.6.** Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;
- 6.1.7.** Que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
- 6.1.8.** Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

## **7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 7.1.** Deverá ser observado o benefício previsto no artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, concedendo as microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação na hipótese de empate, assim como preferência para subcontratação, conforme inciso II do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 7.2.** Não será admitida à reserva de cotas para ME e EPP previsto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/2006, pois não vantajoso, tendo em vista que a reserva de cotas impede a padronização, gerenciamento e controle dos serviços, resultando em impactos negativos no atendimento do interesse público, nos termos do inciso II do §2º e inciso II do §6º do artigo 379, e inciso II do art. 120 do Decreto Estadual 10.086/2022.

## **8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

- 8.1.** Trata-se de serviços não contínuos ou contratados por escopo, conforme estabelece o inciso VI do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 8.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 8.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 41 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratada deverá comprovar a disponibilidade da frota para execução do objeto **na fase de habilitação** do certame, mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.1.1. Relação detalhada dos veículos, contendo:

9.1.1.1. Marca, modelo, ano de fabricação, capacidade de passageiros e placa.

9.1.1.2. Comprovação de propriedade ou posse dos veículos, por meio de:

- a) **Certificado de Registro e Licenciamento (CRLV) em nome da empresa; ou**
- b) **Contrato de locação, comodato ou arrendamento mercantil válido, acompanhado dos respectivos CRLV.**

9.1.2. A contratada também deverá comprovar:

9.1.2.1. Capacidade técnica para execução do transporte, conforme requisitos constantes neste documento;

9.1.2.2. Certificado com o número da autorização para execução de serviços especiais expedida pelo DER/PR, observadas as disposições do decreto 1.821/2000;

9.1.2.3. Declaração da empresa, assinada pelo representante legal, atestando:

- a) **Que os veículos estão em condições adequadas de uso, com manutenção preventiva em dia;**
- b) **Que os seguros obrigatórios estão vigentes.**

9.1.2.4. Quantidade mínima exigida;

9.1.2.5. Atendimento às normas legais;

9.1.2.6. Inspeção veicular, quando aplicável;

9.1.2.7. Cumprimento das normas do DETRAN para transporte de passageiros;

9.1.3. 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos para os lotes arrematados.

9.1.4. O quantitativo exigido para comprovação da posse dos veículos justifica-se pela necessidade de assegurar o cumprimento do limite máximo de 25% de subcontratação, observando-se os quantitativos mínimos abaixo estabelecidos:

- a) **Lote 1 – Curitiba e Região: 12 ônibus;**
- b) **Lote 2 – Londrina e Região: 10 ônibus;**
- c) **Lote 3 – Foz do Iguaçu e Região: 10 ônibus.**

9.1.5. Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 42 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

**9.1.6.** Comprovação de registro para transporte de passageiros, sob regime de fretamento e/ou turismo, perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos do artigo 26 da Lei n.º 10.233/2001.

**9.1.7.** A autorização para a execução do serviço de fretamento eventual ou turístico ficará caracterizada mediante o porte obrigatório no interior do veículo, dos seguintes documentos:

- a) **Certificado de vistoria;**
- b) **Contrato e nota fiscal de prestação de serviço;**
- c) **Lista de passageiros;**
- d) **Licença de fretamento eventual**
- e) **Outros documentos exigidos por Decreto, Lei ou pelo DER.**

**9.1.8.** Capacidade técnica para execução do transporte, conforme requisitos constantes neste documento:

**9.1.8.1.** Certificado com o número da autorização para execução de serviços especiais expedida pelo DER/PR, observadas as disposições do decreto 1.821/2000.

**9.1.8.2.** Como condição para início da execução a contratada deverá, em até 7 (sete) dias após a celebração do contrato, e imediatamente sempre que houver alteração (tanto no quadro funcional, tanto os veículos), apresentar na Secretaria de Educação a seguinte documentação:

**9.1.8.3.** Relação dos veículos a serem utilizados na prestação dos serviços, por meio do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV), em nome da empresa contratada e/ou contrato de locação, arrendamento, leasing ou equivalente.

**9.1.8.4.** Independentemente do ano de fabricação, a Administração poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pela legislação aplicável ou normas municipais.

**9.1.8.5.** Em caso de recusa do veículo (inclusive na vistoria), a contratada deverá reapresentar o veículo sanando os apontamentos apresentados na vistoria no prazo máximo de 48 horas. Mantidas a recusa, deverá realizar a substituição do mesmo em até 72 horas.

**9.1.8.6.** Comprovação de vínculo empregatício dos motoristas, além da documentação prevista, e comprovação de vínculo empregatício dos monitores, acompanhado da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente, será feita a checagem do vínculo via sistema do trabalhador para veracidade da documentação.

**9.1.8.7.** A contratada também deverá apresentar os veículos para vistoria no mesmo prazo para a entrega da documentação.

**9.1.8.8.** Os itens acima indicados poderão ser solicitados pela CONTRATANTE a qualquer momento durante a execução do contrato.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

### **10.1. São obrigações do Contratado:**

**10.1.1.** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2.** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3.** manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.1.5.** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6.** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**10.1.7.** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8.** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**10.1.9.** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

**10.1.10.** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 44 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

- 10.1.11.** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 10.1.12.** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.13.** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.14.** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 10.1.15.** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 10.1.16.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.1.17.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.17.2.** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 10.1.17.3.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 10.1.17.4.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- 10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 10.1.18.** Comprovar que para fins do disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal n.º 14.133/2021 – Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

**10.2. São obrigações do Contratante:**

**10.2.1.** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.3.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**10.2.4.** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**10.2.6.** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**10.2.7.** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**10.2.8.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9.** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**11. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** O adjudicatário, no prazo de **10 (dez) dias** após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital,

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 46 de 96)

conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**11.2.** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**11.3.** Justifica-se a exigência da garantia de execução, para assegurar que os serviços sejam concluídos conforme especificado no contrato, também para minimizar os riscos financeiros para o contratante, em se tratando de contratos de grande valor.

**11.4.** A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

**11.5.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

**11.6.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**11.7.** A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

**11.8.** Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**11.9.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

**11.10.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**11.11.** Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente.

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 47 de 96)

**11.12.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**11.13.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**11.14.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

## **12. FORMA DE PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento de cada fatura será mensal e deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovados o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**12.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**12.2.1.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**12.3.** O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**12.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**12.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal n.º 14.133/2021 – Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº270/2026 –	EDITAL (página 48 de 96)
---------------------------	--------------------------------	--------------------------

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**12.5.** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**12.6.** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### 13. DO REAJUSTAMENTO

**13.1.** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice oficial de inflação no Brasil, IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

**13.2.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado – **23/02/2026**

**13.3.** O reajuste será concedido automaticamente pela Administração mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**13.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**13.5.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**13.6.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### 14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**14.1.** Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

### 15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**15.1.** É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

**15.1.1.** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 49 de 96)

**15.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

**15.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**15.1.4.** A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

## 16. CONTROLE DA EXECUÇÃO

**16.1.** O serviço terá início em **05 (cinco) dias** a contar da emissão da ordem de serviços.

**16.2.** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de **03 (três) dias**.

**16.2.1.** Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

**16.3.** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**16.4.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**16.4.1.** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**16.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**16.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

**17.1.** Os resultados da prestação de serviços serão mensurados na forma do artigo 397 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 50 de 96)

**17.2.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

**17.2.1.** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**17.2.2.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**17.3.** a utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**17.4.** O indicador de medição do resultado será a prestação de serviço diária, tratando-se de contratação cuja medição não pode estar atrelada somente ao resultado, situação excepcional autorizada pelo §1º do artigo 424 do Decreto Estadual n.º 10.086/202, observadas as diretrizes do Anexo I.

## **18. SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, observadas as seguintes condições:

**18.1.1.** É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

**18.1.2.** É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

**18.1.3.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**18.2.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**18.3.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **19. VIGÊNCIA**

### **19.1. Da vigência da ata de registro de preços:**

- a) O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- b) No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- c) O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

### **19.2. Da vigência do contrato:**

**19.2.1.** O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses.

**19.2.2.** O prazo de 12 (doze) meses mostra-se o mais adequado, considerando a dificuldade de mensurar previamente a utilização do serviço, uma vez que se trata de prestação por demanda, conforme as necessidades da SEED.

**19.2.2.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

**19.2.3.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **20. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**20.1.** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**20.2.** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**20.3.** A atualização anual dos preços registrados será feita de forma automática pela Administração com a aplicação do índice IPCA/IBGE, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações

Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº270/2026 –

EDITAL (página 52 de 96)

subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

## **21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## **22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, *data eletrônica*.

*(assinado eletronicamente)*

Vítor Matheus Lima da Cruz  
Equipe Técnica

**Núcleo Administrativo Setorial - Governança e Sistemas de Registro de Preço**

*(assinado eletronicamente)*

Igor Felipe Zampier  
Coordenação

**Núcleo Administrativo Setorial - Governança e Sistemas de Registro de Preço**

*(assinado eletronicamente)*

Cristiane Ayumi Sheguti  
Agente Profissional – Administradora

**Núcleo Administrativo Setorial – Setor de Infraestrutura e Apoio de Eventos**

*(assinado eletronicamente)*

Camila Fernanda Rigoni Folador  
Agente Profissional – Administradora

**Núcleo Administrativo Setorial – Setor de Infraestrutura e Apoio de Eventos**

*(assinado eletronicamente)*

Antônio Carlos Buraneli Gomes  
Coordenação

**Núcleo Administrativo Setorial – Setor de Infraestrutura e Apoio de Eventos**

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada - Parecer referencial nº 017/2025 adaptada para prestação de serviços – Lei Federal n.º 14.133/2021 – Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Atualização: MAIO/2025

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 53 de 96)

ANEXO I – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Instrumento de Medição de Resultados
Contratação de Serviços de Transporte - Indicadores
Indicador nº 01 - Adequação dos veículos ao trabalho pretendido
Indicador nº 02 - Capacidade de resolução de problemas mecânicos dos veículos
Indicador nº 03 - Cumprimento dos Horários
Indicador nº 04 - Qualidade da Prestação dos Serviços

Indicador n.º 01	Adequação dos veículos ao trabalho pretendido
Finalidade	Garantir deslocamentos de passageiros com segurança.
Meta a Cumprir	Possibilitar que todos os passageiros possam chegar com segurança aos locais dos eventos nos períodos programados.
Instrumento de Medição	Conferência Local
Forma de Acompanhamento	Relatório de acompanhamento do fiscal do contrato
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	Pontuação negativa a cada falta
Início da Vigência	No prazo estabelecido na Ordem de Serviços
Ocorrências/Pontuação	1,0 pontos na hipótese de cada ocorrência
Faixa de Ajuste no Pagamento	Glosa na hipótese de superar a pontuação referência

Indicador n.º 02	Capacidade de resolução de problemas mecânicos dos veículos
Finalidade	Garantir que apesar dos problemas a enfrentar todos possam chegar ao destino programado dentro dos prazos estabelecidos
Meta a Cumprir	Que não existam perdas de prazos nos horários a serem cumpridos
Instrumento de Medição	Previa de Embarque
Forma de Acompanhamento	Relatório de acompanhamento do fiscal do contrato
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	Pontuação negativa a cada ocorrência verificada
Início da Vigência	No prazo estabelecido na Ordem de Serviços
Ocorrências/Pontuação	1,0 pontos em cada ocorrência
Faixa de Ajuste no Pagamento	Glosa na hipótese de superar a pontuação referência

Indicador n.º 03	Cumprimento dos Horários
Finalidade	Garantir o respeito aos horários previstos para os serviços
Meta a Cumprir	Não atrasar as competições
Instrumento de Medição	Conferência Local
Forma de Acompanhamento	Relatório de acompanhamento do fiscal do contrato
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	Pontuação negativa a cada ocorrência verificada
Início da Vigência	Na assinatura do contrato

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 54 de 96)	
Ocorrências/Pontuação		0,5 pontos em cada ocorrência			
Faixa de Ajuste no Pagamento		Glosa na hipótese de superar a pontuação referência			

Indicador n.º 04	Qualidade e Conforto
Finalidade	Garantir a qualidade e conforto dos passageiros nos eventos
Meta a Cumprir	75% de avaliação favorável do público-alvo
Instrumento de Medição	Conferência Local
Forma de Acompanhamento	Questionário dirigido aos professores
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	Pontuação negativa a cada ocorrência verificada
Início da Vigência	Na assinatura do contrato
Ocorrências/Pontuação	0,5 pontos em cada ocorrência
Faixa de Ajuste no Pagamento	Glosa na hipótese de superar a pontuação referência

Observações:	A pontuação será aferida durante toda a vigência contratual.
--------------	--

Descontos	
2,0 a 5,0	3% de desconto sobre o valor do contrato
5,0 a 7,0	5% de desconto sobre o valor do contrato
7,0 a 10	7% de desconto sobre o valor do contrato
Acima de 10	10% de desconto sobre o valor do contrato
1	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, no mesmo evento, sofrerá acréscimo de 1,0 ponto na contagem final do desconto.
2	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
O Fiscal do Contrato utilizará a tabela abaixo para registro das ocorrências:

Indicador	(descrever o indicador)
Total de Ocorrências	(numerar o número de ocorrências e pontuação)
Data das Ocorrências	(data (dd/mm/aaaa))
Descrição da Ocorrência	(descrever em detalhes as ocorrências realizadas)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ANEXO II**

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1.O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado, admitindo-se o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.4.1.3** os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.1.3.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.4.1.4** a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 56 de 96)

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo  
LG = -----;  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total  
SG = -----;  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante  
LC = -----; e  
Passivo Circulante

**1.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP, que apresentarem resultado inferior ou igual a 0,75 (zero, setenta e cinco) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**1.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

**1.4.1.7** As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou lote pertinente.

**1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**1.5.1.1** Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto desta licitação em quantidade de no mínimo 10% (dez por cento), em relação a quantidade de bens exigida para cada lote.

**1.5.1.2** Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

**Parcelas de maior relevância:**

**Lote 01 – Todos os itens, exceto o item 1.3**

**Lote 02 – itens 2.1;2.2;2.4;2.5;**

**Lote 03 – itens 3.1;3.2;3.4;3.5;**

**1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.7** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.8 1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 57 de 96)

Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

**1.8.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.8.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.9** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.10** Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.11** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.12** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0      Pregão Eletrônico nº 270/2026      EDITAL (página 58 de 96)

ANEXO III  
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 270/2026      Ano: 2026

A - DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade:      Estado:
Telefone:	Fax:      e-mail:
Banco:	Agência:      Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: contratação de empresa especializada em prestação de serviços não contínuos de transporte municipal, intermunicipal e interestadual, com veículo do tipo ônibus, considerando como itinerário o município de embarque dos passageiros ao município de desembarque predeterminado pela Secretaria de Estado da Educação.

1.Especificações técnicas:

LOTE 01: CURITIBA E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUMS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
1.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	76.500	R\$	R\$
1.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	735	R\$	R\$
1.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 59 de 96)	
1.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100	R\$	R\$
1.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	15.000	R\$	R\$
1.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100	R\$	R\$
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$

LOTE 02: LONDRINA E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	73.500	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 60 de 96)	
2.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	595	R\$	R\$
2.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000	R\$	R\$
2.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100	R\$	R\$
2.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	10.000	R\$	R\$
2.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	75	R\$	R\$
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 25.131.321-0      Pregão Eletrônico nº 270/2026      EDITAL (página 61 de 96)					
<b>LOTE 03: FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO</b>					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	79.500	R\$	R\$
3.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	620	R\$	R\$
3.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000	R\$	R\$
3.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100	R\$	R\$
3.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	10.000	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 62 de 96)	
3.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	75	R\$	R\$
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$

VALOR TOTAL – LOTES 1, 2 e 3
VALOR TOTAL: R\$

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 270/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

<sup>1</sup> A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
**Nome do representante legal**

ANEXO VI

ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

SEED – Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Curitiba e Região
<b>Local de Entrega:</b> NREs – ÁREA METROPOLITANA NORTE - ÁREA METROPOLITANA SUL - CURITIBA - - GUARAPUAVA - IRATI - PARANAGUÁ - PONTA GROSSA - UNIÃO DA VITÓRIA - WENCESLAU BRAZ
<b>Endereços de Recebimento:</b>  <b>NRE – ÁREA METROPOLITANA NORTE</b> - R. Joaquim Nabuco, 968 - Tinguí, Curitiba - PR, 82620-060 - <a href="tel:(41)3251-6500">(41) 3251-6500</a> <b>NRE – ÁREA METROPOLITANA SUL</b> - Rua Isaías Régis de Miranda, 3000, Boqueirão, Curitiba-PR, 81670-070 (41) 3277-7353 <b>NRE CTBA - R. Salvador Ferrante, 1610 - Boqueirão, Curitiba - PR, 81670-390</b> <a href="tel:(41)3326-2458">(41) 3326-2458</a> <b>NRE – Guarapuava</b> - R. Sen. Pinheiro Machado, 2332 - Centro, Guarapuava - PR, 85010-100 <a href="tel:(42)3621-7600">(42) 3621-7600</a> <b>NRE IRATI</b> - Rua Coronel Emílio Gomes, 111, Centro, Irati-PR, 84500-054 (42) 3421-2200 <b>NRE PARANAGUÁ</b> - Rua Baronesa do Serro Azul, 1027, João Gualberto, Paranaguá-PR, 83203-420 (41) 3420-7200 <b>NRE PONTA GROSSA</b> - Rua Cyro de Lima Garcia, s/n, Vila Estrela, Ponta Grossa-PR, 84050-091 - (42) 3219-5400  <b>NRE UNIÃO DA VITÓRIA</b> - Rua Professora Amazília, 593, Centro, União da Vitória-PR, 84600-285 - (42) 3521-1800  <b>NRE WENCESLAU BRAZ</b> - Rua Sete de Setembro, 39, Centro, Wenceslau Braz-PR, 84950-000 - (43) 3513-1100
<b>Horário de Funcionamento:</b> 08h00 – 17h00

SEED – Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Londrina e Região
<b>Local de Entrega:</b> NREs - APUCARANA CIANORTE CORNÉLIO PROCÓPIO IBAITI IVAIPORÃ JACAREZINHO LOANDA LONDRINA MARINGÁ PARANAVÁI TELÊMACO

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº 270/2026	EDITAL (página 66 de 96)
<b>Endereço de Recebimento:</b>  <b>NRE - APUCARANA</b> Rua Lapa, 250, Centro, Apucarana-PR, 86800-310 (43) 3420-1600 <b>NRE – CIANORTE</b> - Rua Guararapes, 171, Centro, Cianorte-PR, 87200-175 (44) 3619-8100 <b>NRE - CORNÉLIO PROCÓPIO</b> - Avenida Minas Gerais, 435, Centro, Cornélio Procópio-PR, 86300-000 (43) 3520-5101 <b>NRE - IBAITI</b> - Rua Nilo Sampaio, s/n, Centro, Ibaiti-PR, 84900-000 (43) 3546-8100 <b>NRE - IVAIPORÃ</b> - Avenida Minas Gerais, 295, Centro, Ivaiporã-PR, 86870-000 (43) 3472-5700 <b>NRE - JACAREZINHO</b> - Alameda Padre Magno, 354, Centro, Jacarezinho-PR, 86400-000 (43) 3511-4200 <b>NRE - LOANDA</b> -Avenida Desembargador Munhoz de Melo, 1237, Centro, Loanda-PR, 87900-000 (44) 3425-8100 <b>NRE - LONDRINA</b> - Av. Celso Garcia Cid, 658, Centro, Londrina-PR, 86010-490 (43) 3371-1300 <b>NRE – MARINGÁ</b> - Avenida Paranavaí, 665, Zona 06, Maringá-PR, 87015-630 (44) 3218-7100 <b>NRE - PARANAVAÍ</b> - Rua Marechal Cândido Rondon, 1596, Centro, Paranavaí-PR, 87704-060 (44) 3421-1900 <b>NRE – TELÊMACO</b> - Avenida Paraná, 861, Centro, Telêmaco Borba-PR, 84261-060 (também citado: Rua Luiz Adolfo Taques, 133) (42) 3271-3700		
<b>Horário de Funcionamento: 08h00 – 17h00</b>		

SEED – Secretaria de Estado de Educação do Paraná – Foz do Iguaçu e Região
<b>Local de Entrega:</b> NREs – ASSIS CHATEAUBRIAND - CAMPO MOURÃO CASCAVEL DOIS VIZINHOS FOZ DO IGUAÇU FRANCISCO BELTRÃO GOIOERÊ LARANJEIRAS DO SUL PATO BRANCO PITANGA TOLEDO UMUARAMA
<b>Endereço de Recebimento:</b>  <b>NRE - ASSIS CHATEAUBRIAND</b> - Rua Sete de Setembro, 1153, Centro, Assis Chateaubriand-PR, 85935-000 (44) 3528-8300 <b>NRE - CAMPO MOURÃO</b> - Rua Brasil, 1959, Centro, Campo Mourão-PR, 87302-230 (44) 3518-2750 <b>NRE – CASCAVEL</b> - Avenida Brasil, 2040, São Cristóvão, Cascavel-PR, 85816-290 (45) 3333-2800

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº 270/2026	EDITAL (página 67 de 96)
<p><b>NRE - DOIS VIZINHOS</b> - Avenida Rio Grande do Sul, 321, Centro, Dois Vizinhos-PR, 85660-000 (46) 3581-5100</p> <p><b>NRE - FOZ DO IGUAÇU</b> - Rua Quintino Bocaiúva, 429, Centro, Foz do Iguaçu-PR, 85851-130 (45) 3520-4000</p> <p><b>NRE - FRANCISCO BELTRÃO</b> - Rua Maranhão, 631, Centro, Francisco Beltrão-PR, 85601-310 (46) 3520-4900</p> <p><b>NRE - GOIOERÊ</b> - Avenida Dezenove de Agosto, 642, Centro, Goioerê-PR, 87360-000 (44) 3521-8650</p> <p><b>NRE - LARANJEIRAS DO SUL</b> - Rua Sete de Setembro, 2720, Centro, Laranjeiras do Sul-PR, 85301-070 (42) 3635-8900</p> <p><b>NRE - PATO BRANCO</b> - Avenida Brasil, 1171, Centro, Pato Branco-PR, 85501-027 (46) 3220-5300</p> <p><b>NRE - PITANGA</b> - Rua Duque de Caxias, 517, Centro, Pitanga-PR, 85200-000 (42) 3646-8300</p> <p><b>NRE - TOLEDO</b> - Rua Nossa Senhora do Rocio, 1287, Centro, Toledo-PR, 85900-180 (45) 3379-7200</p> <p><b>NRE - UMUARAMA</b> - Avenida Presidente Castelo Branco, 3328, Zona VI, Umuarama-PR, 87503-200 (Av. Maringá, 5035 também citado) (44) 3621-8600</p>		
<p><b>Horário de Funcionamento: 08h00 – 17h00</b></p>		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ANEXO VII  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 270/2026	PROTOCOLO N.º 25.131.321-0
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

**Secretaria de Estado da Educação**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.416.965/0001-21, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 2511 - Guaíra, Curitiba/PR - CEP: 80.610-011, inscrita no CNPJ sob nº 76.416.965/0001-21, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **João Luiz Giona Junior**, nomeado pelo Decreto nº 3664/2023, inscrito no CPF sob nº 037.XXX.139-XX, portador da carteira de identidade nº 8.XXX.086-X PR, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 270/2026, homologado por XXXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços não contínuos de transporte municipal, intermunicipal e interestadual, com veículo do tipo ônibus, considerando como itinerário o município de embarque dos passageiros ao município de desembarque predeterminado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços não contínuos de transporte municipal, intermunicipal e interestadual, com veículo do tipo ônibus, considerando como itinerário o município de embarque dos passageiros ao município de desembarque predeterminado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
- 1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
- 1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
- 1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - ÓRGÃO/ENTIDADE
02 - ÓRGÃO/ENTIDADE
03 - ÓRGÃO/ENTIDADE
04 - ÓRGÃO/ENTIDADE
05 - ÓRGÃO/ENTIDADE
06 - ÓRGÃO/ENTIDADE

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:**

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0      Pregão Eletrônico nº 270/2026      EDITAL (página 69 de 96)

**LOTE 01** – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

LOTE 01: CURITIBA E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
1.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	76.500		
1.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	735		
1.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000		
1.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 70 de 96)	
1.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	15.000		
1.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100		
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$

LOTE 02: LONDRINA E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	73.500		
2.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	595		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 71 de 96)	
2.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000		
2.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100		
2.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	10.000		
2.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	75		
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$

LOTE 03: FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo n° 25.131.321-0		Pregão Eletrônico n° 270/2026		EDITAL (página 72 de 96)	
3.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	79.500		
3.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	620		
3.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000		
3.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100		
3.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	10.000		
3.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	75		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0	Pregão Eletrônico nº 270/2026	EDITAL (página 73 de 96)
		Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
		R\$

VALOR TOTAL – LOTES 1, 2 e 3
VALOR TOTAL: R\$

### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

### CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

### CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao

Consumidor Amplo), tendo por termo inicial a data do **orçamento estimado 23/02/2026** e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra – sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo n° 25.131.321-0

Pregão Eletrônico n° 270/2026

EDITAL (página 74 de 96)

**6.1.4.** sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**6.1.5.** não aceitar o preço revisado pela Administração.

**6.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

**6.3** O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

**6.4** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**7.1.1** pelo decurso do prazo de vigência;

**7.1.2** pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**7.1.3** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**7.1.4** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.2** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**9.1** Constituem obrigações do Fornecedor:

**9.1.1** assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

**9.1.3.** manter as condições de habilitação;

**9.1.4.** manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

**10.** Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

**10.1.** tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

**10.2.** emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

**10.3.** verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

**10.4** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0 Pregão Eletrônico nº 270/2026 EDITAL (página 75 de 96)

de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

**10.5** registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

**10.6** providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES**

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA**

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram:

a) cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, conforme art. 298, § 4º, I;

b) manter suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação conforme art. 298, § 4º, II.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

**14.1** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no § 1.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.2** A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet [www.comprasparaná.pr.gov.br](http://www.comprasparaná.pr.gov.br).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

O Pregão Eletrônico nº 270/2026 é realizado pelo Pregoeiro(a) XXXXXXXX, designado na Resolução n.º 5.972/2026, publicado no DIOE Executivo edição n.º 11992 de 23/09/2026.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO  
ÓRGÃO GERENCIADOR]

[PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA  
CONDUÇÃO DO PREGÃO]

**FORNECEDORES**

LOTE/It em	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
------------	---------------	--------------	---------------------

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026	EDITAL (página 76 de 96)
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0      Pregão Eletrônico nº 270/2026      EDITAL (página 77 de 96)

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Cadastro de Reserva conforme art. 298, § 4º, I.

Para fornecedores que aceitaram cotar o serviço com preços iguais aos do licitante vencedor

PROCESSO LICITATÓRIO PE XX/20XX      PROTOCOLO XX.XXX.XXX-XX

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Cadastro de Reserva conforme art. 298, § 4º, II.

Para fornecedores que cotaram o serviço com preços diferentes do licitante vencedor, porém os valores são iguais ou inferiores ao orçamento estimado para a contratação.

PROCESSO LICITATÓRIO PE XX/20XX

PROTOCOLO XX.XXX.XXX-XX

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

CONTRATO NºXXXXXXXX

**CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, com sede à Avenida Presidente Kennedy, 2511, Guaíra – CEP 80.610-010, Curitiba/ Paraná, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, neste ato representado pelo [Diretor-Geral, **João Luiz Giona Junior**, nomeado pelo Decreto nº 3664/2023, inscrito no CPF sob nº 037.XXX.139-XX, portador da carteira de identidade nº 8.XXX.086-X PR.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 270/2026 (protocolo nº 25.131.321-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços não contínuos de transporte municipal, intermunicipal e interestadual, com veículo do tipo ônibus, considerando como itinerário o município de embarque dos passageiros ao município de desembarque determinado pela Secretaria

de Estado da Educação do Paraná, conforme descrito no Termo de Referência.

LOTE 01: CURITIBA E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
1.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	76.500		

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 80 de 96)	
1.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	735		
1.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000		
1.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100		
1.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	15.000		
1.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100		
					<b>Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)</b>
					<b>R\$</b>

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 81 de 96)

LOTE 02: LONDRINA E REGIÃO

EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUNS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.

Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	73.500		
2.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	595		
2.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000		
2.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100		
2.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	10.000		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 82 de 96)	
2.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	75		
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$

LOTE 03: FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO					
EVENTOS NACIONAIS E ESTADUAIS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, APRESENTAÇÕES, CERIMÔNIAS, CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, DEBATES, ENCONTROS, FÓRUMS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, REUNIÕES, VISITAS DE AUTORIDADES OFICIAIS, WORKSHOPS, ENTRE OUTROS. LOCAIS E DATAS DIVERSOS - AMPLA CONCORRÊNCIA.					
Nº	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	[GMS: 0127.112674] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	79.500		
3.2	[GMS: 0127.112693] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Intermunicipal, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	620		
3.3	[GMS: 0127.112694] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	5.000		

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
SETOR DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 25.131.321-0		Pregão Eletrônico nº 270/2026		EDITAL (página 83 de 96)	
3.4	[GMS: 0127.112695] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Translados municipais, Ônibus Executivo, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 44 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	100		
3.5	[GMS: 0127.112696] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Km	10.000		
3.6	[GMS: 0127.112698] - Prestação de Serviços de Transporte, TIPO: Interestadual, Ônibus Semileito, CARACTERÍSTICAS GERAIS: Com capacidade mínima de 42 lugares, poltronas reclináveis, sanitário a bordo, cinto de segurança em todas as poltronas e ar-condicionado, com até 12 (doze) anos de fabricação.	Diária	75		
					Valor máximo global do lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$

VALOR TOTAL – LOTES 1, 2 e 3
VALOR TOTAL: R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 270/2026, objeto do processo administrativo n.º 25.131.321-0, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

- 3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.
- 3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).
- 3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4 REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**4.1.1 O reajuste será concedido automaticamente pela Administração mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.**

**4.1.2 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado – 23/02/2026**

**4.1.3 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.**

**4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.**

**4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.**

**4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.**

**4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.**

## **5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.**

**5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.**

**5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.**

**5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.**

## **6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

**6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.**

**6.2 O serviço terá início em 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de serviços.**

**6.3 Os serviços serão prestados nos locais conforme o Anexo VI, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.**

**6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 03 (três) dias.**

**6.4.1. Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.**

**6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.**

**6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.**

**6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.**

**6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 85 de 96)

segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**6.8** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **7 FONTE DE RECURSOS:**

### **7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:**

**Gestão/Unidade:** (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

**Fonte de Recursos:** (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

**Programa de Trabalho:** (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

**Elemento de Despesa:** (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

**Nota de Empenho:** (preencher com o número da nota de empenho).

## **8 VIGÊNCIA:**

**8.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_.

**8.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

**8.1.1.1** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **9 PAGAMENTO:**

**9.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**9.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 86 de 96)

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**9.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

**10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

**10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 87 de 96)

**10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

**10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**10.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**10.1.18.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.1.19.** adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

**10.1.19.1** Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

**10.1.19.2** Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**10.1.19.3** Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**10.1.19.4** Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**10.1.20.** adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**10.1.21** apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**10.1.22** ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**10.1.23** Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

**10.1.24** Garantir ao contratante:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo n° 25.131.321-0

Pregão Eletrônico n° 270/2026

EDITAL (página 88 de 96)

**10.1.24.1** o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**10.1.25.2** os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

**10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de

licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**10.2.7** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

## **11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1** O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art.96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**11.2.** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como

modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês,

conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**11.3.** Justifica-se a exigência da garantia de execução, para assegurar que os serviços sejam concluídos conforme especificado no contrato, também para minimizar os riscos financeiros para o contratante, em se tratando de contratos de grande valor.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 89 de 96)

**11.4.** A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

**11.5.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

**11.6.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e

avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**11.7.** A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

**11.8.** Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não

poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**11.9.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

**11.10.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**11.11.** Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente.

**11.12.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**11.13.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**11.14.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

**12 PENALIDADES:**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 90 de 96)

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

**13 CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo n° 25.131.321-0

Pregão Eletrônico n° 270/2026

EDITAL (página 91 de 96)

- 13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
- 13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;
- 13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
- 13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
- 13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:
- 13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- 13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
- 13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 25.131.321-0

Pregão Eletrônico nº 270/2026

EDITAL (página 92 de 96)

14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, observadas as seguintes condições:

**15.1.1.** É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

**15.1.2.** É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

**15.1.3.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**15.2.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações

contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**15.3.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos –

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo n° 25.131.321-0

Pregão Eletrônico n° 270/2026

EDITAL (página 93 de 96)

devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

**17 CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO (NÍVEL DE SERVIÇO - ANS)**

**17.1.** Os resultados da prestação de serviços serão mensurados na forma do artigo 397 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**17.2.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

**17.2.1.** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida

as atividades contratadas; ou

**17.2.2.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**17.3.** a utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação

da prestação dos serviços.

**17.4.** O indicador de medição do resultado será a prestação de serviço diária, tratando-se de

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo n° 25.131.321-0

Pregão Eletrônico n° 270/2026

EDITAL (página 94 de 96)

contratação cuja medição não pode estar atrelada somente ao resultado, situação excepcional autorizada pelo §1º do artigo 424 do Decreto Estadual n.º 10.086/202, observadas as diretrizes do Anexo I.

**18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**18.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO ADMINISTRATIVO SETORIAL**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Protocolo n° 25.131.321-0

Pregão Eletrônico n° 270/2026

EDITAL (página 96 de 96)

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO LGPD**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: novembro de 2024.

Documento: **EditaISRPPregao2702026Transportes.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Thiago Tecachuk (XXX.757.009-XX)** em 20/05/2026 14:26 Local: SEED/NAS/SL.

Inserido ao protocolo **25.131.321-0** por: **Thiago Tecachuk** em: 20/05/2026 14:26.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: